

A MARGEM COMO TERRITÓRIO DE SABER: EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E A DECOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO NO ENSINO SUPERIOR

THE MARGIN AS A TERRITORY OF KNOWLEDGE:
FEMINIST EPISTEMOLOGIES AND THE DECOLONIZATION OF
LATIN AMERICAN THOUGHT IN HIGHER EDUCATION

Renata Nasinhaka¹

RESUMO

O presente ensaio problematiza a perpetuação da colonialidade do saber, do poder e do gênero no âmbito do ensino superior, tensionando as matrizes eurocêntricas que historicamente fundamentam a produção científica e acadêmica. O objetivo central é sistematizar os principais conceitos do pensamento decolonial para reivindicar a epistemologia feminista como um instrumento ético, político e metodológico imprescindível para a decolonização do pensamento latino-americano. Metodologicamente, o texto assume a perspectiva dos saberes situados e do ensaio teórico-crítico fundamentado no lugar de enunciação da pesquisadora, como mecanismo de enfrentamento às universalidades da ciência. A tessitura teórica mobiliza intelectuais do campo decolonial para demonstrar como a universidade atua na manutenção de sistemas que sustentam lógicas excludentes e marginalizam saberes. Na sequência, articulam-se proposições de autoras latino-americanas para evidenciar a urgência de uma lente investigativa contra hegemônica, capaz de resgatar epistemologias silenciadas e denunciar o apagamento cultural mascarado pela pretensa neutralidade acadêmica. O estudo conclui que o questionamento e a reformulação estrutural nas instituições de ensino superior demandam uma práxis emancipatória alinhada à crítica decolonial. Nessa perspectiva, a epistemologia feminista consolida-se uma via necessária para reescrever narrativas hegemônicas, devolvendo o protagonismo aos(as) sujeitos(as) subalternizados(as) e transformando o espaço acadêmico em um território de emancipação e libertação intelectual.

Palavras-chave: Epistemologia Feminista; Feminismo Decolonial; Colonialidade do Saber; Ensino Superior; Lugar de enunciação.

ABSTRACT

This essay problematizes the perpetuation of the coloniality of knowledge, power, and gender within higher education, challenging the Eurocentric matrices that historically underpin scientific and academic production. The central objective is to systematize key concepts of decolonial thought to advocate for feminist epistemology as an essential ethical, political, and methodological instrument for the decolonization of Latin American thought. Methodologically, the text adopts the perspective of situated knowledges and the theoretical-critical essay grounded in the researcher's locus of enunciation, serving as a mechanism to confront the universalities of science. The theoretical framework

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel).
E-mail: renata.nasinhaka@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1852-6097>

mobilizes intellectuals from the decolonial field to demonstrate how the university acts in maintaining systems that sustain exclusionary logics and marginalize alternative knowledges. Subsequently, propositions from Latin American female authors are articulated to highlight the urgency of a counter-hegemonic investigative lens capable of rescuing silenced epistemologies and denouncing the cultural erasure masked by alleged academic neutrality. The study concludes that the questioning and structural reformulation of higher education institutions demand an emancipatory praxis aligned with decolonial critique. In this perspective, feminist epistemology consolidates itself as a necessary pathway to rewrite hegemonic narratives, restoring protagonism to subalternized subjects and transforming the academic space into a territory of intellectual emancipation and liberation.

Keywords: Feminist Epistemology; Decolonial Feminism; Coloniality of Knowledge; Higher Education; Locus of Enunciation.

TENSIONAMENTOS DE UMA PESQUISA SITUADA: ATRAVESSAMENTOS CONCEITUAIS E CONJUNTURAS CONTEMPORÂNEAS

Antes de adentrar nas principais ideias do texto, quero justificar a escolha do título deste ensaio. A proposição de assumir a margem como um território de saber ancora-se na formulação teórica de bell hooks (2019) sobre o movimento “da margem ao centro”. Para a autora, a marginalidade não deve ser compreendida como um local de falta ou de exclusão passiva, mas como um espaço de tensionamento e um *lôcus* privilegiado de visão. É justamente a partir dessa margem que se torna possível compreender a totalidade do sistema opressor e enxergar as engrenagens da dominação que estão ocultas no centro. Intitular este trabalho a partir dessa premissa é um movimento de ruptura que significa reivindicar os saberes historicamente subalternizados para desestabilizar a falsa neutralidade hegemônica, utilizando essa fronteira entre margem e centro como ponto de partida para questionar a universidade e a própria ciência.

A partir dessas reflexões, assumo a escrita feminista em primeira pessoa do singular aliada à perspectiva teórico-crítico dos saberes situados, como uma ferramenta contra-hegemônica na produção do conhecimento. Para tanto, compreendo a indissociabilidade entre a minha trajetória como mulher pesquisadora e o meu lugar de enunciação, que transcendem os limites institucionais e a educação formal, como fontes legítimas para a (trans)formação e a forma como me relaciono com o mundo. Esse movimento é uma escolha política de implicar-me na/com a pesquisa científica e de permitir que as realidades e as adversidades da investigação me afetem, a partir do princípio da afetividade².

O movimento de sistematizar essas temáticas não emergiu de certezas prévias, mas de tensões epistemológicas provocadas pela imersão em debates acadêmicos contemporâneos e urgentes. A proposição de construir reflexões de forma coletiva e horizontalizada desestabiliza os moldes tradicionais de produzir conhecimento, que historicamente defendem a neutralidade e o distanciamento entre pesquisador(a) e objeto de pesquisa. Implicar-se na/com a pesquisa promove algumas fissuras estratégicas nas bases hegemônicas de produção e legitimação de saberes a partir de processos investigativos proximais, afetivos e integrativos.

² O princípio da afetividade é aqui defendido em um duplo grau, o primeiro refere-se a forma de como as realidades do mundo me afetam e me movem, e a segunda refere-se ao processo que remete ao afeto relacionado aos sentimentos e emoções. Ambos surgem como atravessamentos que provocam e mobilizam o ser e o agir, como formas de intervenção positiva no mundo.

Assim sendo, a partir da crítica às formas eurocêntricas de produzir conhecimento, os percursos investigativos me conduziram para as reflexões propostas pelo feminismo decolonial³. Esse direcionamento tensionou os desafios das práticas pedagógicas no ensino superior, denunciando diretamente a lógica de repetição dos modelos tradicionais de ensino, ou seja, os modelos que utilizam em seu âmago a perspectiva eurocêntrica. Diante disso, a inflexão para a perspectiva decolonial apresentou-se não apenas como uma escolha teórica, mas como uma urgência epistêmica. O aprofundamento nestes referenciais, do feminismo decolonial e das epistemologias feministas, fomentou uma ruptura, despertando outras formas de pensar, de existir e, sobretudo, de resistir frente às matrizes universais de produção do conhecimento.

A partir dessas inquietações, o presente ensaio tem o intuito de sistematizar conceitos e abordagens centrais para a desconstrução da colonialidade do saber, do poder e do gênero. Nesse sentido, o problema central que mobiliza este estudo está implicado no questionamento sobre como as instituições de ensino superior perpetuam lógicas excludentes e marginalizam saberes subalternizados sob a máscara de uma pretensa neutralidade científica. Frente a esse questionamento, a ideia aqui defendida sustenta que a epistemologia feminista não é apenas uma escolha teórica alternativa, mas um instrumento ético, político e metodológico imprescindível para a decolonização do pensamento latino-americano. Esse movimento de organização teórica visa solidificar o referencial necessário para fundamentar as investigações estruturadas a partir do feminismo decolonial, que, conforme será apresentado adiante, possui em sua essência uma origem inquestionavelmente anticapitalista. A tessitura argumentativa que se segue apoia-se em intelectuais desse campo, que promovem um diálogo crítico e tencionam as estruturas de subalternização, reivindicando a epistemologia feminista como um instrumento de emancipação e de resistência na América Latina. Para tanto, o texto articula-se em duas seções principais, nas quais, inicialmente, problematizo a colonização dentro do ensino superior e na sequência, reivindico a epistemologia feminista como fonte teórica tangível para a perspectiva da decolonização do pensamento Latino-Americano. Por fim, apresento as considerações finais que consolidam a epistemologia feminista não apenas como crítica, mas como um horizonte ético e político inadiável para a desconstrução da colonialidade.

A COLONIALIDADE DO PODER E DO SABER: TENSIONANDO AS MATRIZES EUROCÊNTRICAS NO ENSINO SUPERIOR

Como ponto de partida, cabe contextualizar o “devir decolonial” pelo pensamento fundante de Aníbal Quijano (2009), que influenciou (e ainda influencia) muitas pesquisas na temática e produziu o entendimento da necessidade de um processo de decolonização epistemológico para a superação da colonialidade do poder, rompendo com o eurocentrismo, o que significa abandonar a racionalidade

³ Atualmente, algumas teóricas feministas estão propondo uma releitura da terminologia, por entenderem que a palavra “decolonial” não representa a força combativa necessária para a luta contra a colonialidade e os processos de colonização. Dessa forma, buscaram no feminismo negro, que defende o movimento “antirracista”, a força necessária para conferir ao movimento “decolonial” como um movimento que não visa apenas desconstruir os paradigmas do processo colonizador, mas sim atuar contra os sistemas impostos pela colonização. Assim sendo, a terminologia “anticolonial” se justificaria pela representatividade do movimento contrário. Contudo, em conformidade com o referencial teórico que estou alinhada, Rita Segato (2012) e María Lugones (2014) utilizarei o termo “decolonial” para caracterizar o pensamento que visa desconstruir os paradigmas colonizadores, reconhecendo a urgência combativa do movimento.

européia como o único paradigma válido de produção de conhecimento e legitimação da ciência. Ainda, é preciso reconhecer que a hierarquização racial é uma tecnologia de dominação inventada pelo colonialismo para justificar a divisão do trabalho e a exploração capitalista, com a manutenção do estereótipo de que o trabalho intelectual é destino das pessoas brancas, e para as pessoas não-brancas cabe o trabalho físico, braçal e alienado.

Um dos principais motivos para o movimento de desvinculação das amarras do pensamento ocidental hegemônico é permitir que outras epistemologias, cosmologias e modos de existir (povos indígenas, afrodiaspóricos e subalternizados) sejam reconhecidos por seus próprios termos. A libertação das relações interculturais é a busca pela construção de uma nova/outra comunicação, uma troca de saberes entre culturas, livre da imposição, na qual uma cultura é a detentora do conhecimento e a outra é apenas “objeto de estudo”.

Conforme Rita Segato (2012), a perspectiva crítica da colonialidade do poder rompe de maneira drástica com os postulados eurocentristas presentes nos campos das ciências, especialmente, na História, na Filosofia e nas Ciências Sociais, tornando-se ela própria uma perspectiva que motiva e inspira novas orientações nos movimentos sociais e políticos. Em conformidade com esse pensamento, Segato (2012) tensiona,

Afinal o que é um povo? Um povo é o projeto de ser uma história. Quando a história é tecida coletivamente, como os pontos de uma tapeçaria onde os fios desenham figuras, às vezes aproximando-se e convergindo, às vezes distanciando-se e seguindo em direções opostas, é interceptada, interrompida pela força de uma intervenção externa, este sujeito coletivo pretende retomar os fios, fazer pequenos nós, suturar a memória e continuar. Nesse caso, deve ocorrer o que podemos chamar de uma devolução da história, uma restituição da capacidade de tecer seu próprio caminho histórico, retomando o tramado das figuras interrompidas, tecendo-as até ao presente da urdidura, projetando-as em direção ao futuro”. (Segato, 2012, p. 112). Grifei.

No âmbito do ensino superior, essa devolução da história implica desestabilizar as narrativas canônicas que moldam historicamente os currículos universitários. O conceito de giro decolonial ou decolonialidade (Maldonado-Torres, 2008), embora adote uma nova abordagem para entender a ordem e a constituição das relações globais, não deve ser confundido com o pós-colonialismo. As teorias decolonial e pós-colonial não diferem apenas em suas abordagens de leitura, análise e ação, mas, principalmente, em suas perspectivas ontológicas. A primeira (decolonial) é elaborada sobretudo no contexto social e político latino-americano, e não deve ser equiparada às percepções específicas geradas a partir do pós-estruturalismo. Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) destacam uma diferença fundamental, elucidando que os estudos pós-coloniais muitas vezes caem em um “reducionismo culturalista”. Para os autores, tais estudos negligenciaram a compreensão fundamental de “cómo el capitalismo global organiza a la población mundial a través de discursos raciales, lo que resulta en una división internacional del trabajo con implicaciones económicas directas”⁴ (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 16).

4 “como o capitalismo global organiza a população mundial por meio de discursos raciais, o que resulta em uma divisão internacional do trabalho com implicações econômicas diretas” (tradução minha).

Isso demonstra que a perspectiva decolonial considera o papel crucial das epistemes como intrinsecamente ligada aos processos econômicos e políticos. No espaço acadêmico, essa distinção é vital, pois a universidade não atua apenas na reprodução de matrizes culturais, mas sim, como uma instituição de legitimação desse sistema capitalista global, validando epistemologias do Norte em detrimento dos saberes do Sul. A perspectiva decolonial argumenta que não houve uma mudança significativa na forma como o poder é exercido; o colonialismo, o capitalismo e a racialização dos povos são interligados e constituem um ente único. A primeira tentativa de “descolonização⁵”, iniciada no século XIX nas colônias espanholas, foi incompleta, alcançando apenas a independência jurídico-política desses territórios (Ferrara, 2021, p. 4). A colonialidade, portanto, não se encerrou com o fim do colonialismo clássico.

Consequentemente, a assimetria e espólio econômico sofrido pelo Sul Global sustentam-se em um alicerce étnico-racial desenhado a partir do século XVI. A premissa que ampara o conceito de “colonialidade do poder” é justamente a constatação de que as dinâmicas globais não passaram por uma emancipação efetiva no campo intersubjetivo. Para dimensionar a permanência dessa estrutura, é fundamental observar seus mecanismos operacionais contemporâneos. Nesse sentido, Aníbal Quijano (2009) assevera que “a ideia de raça é, com toda segurança, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos” (Quijano, 2009, p. 107). Logo, esse marcador opera como a engrenagem central no controle das desigualdades, moldando identidades geoculturais e organizando a exploração do trabalho sob um paradigma eurocentrado.

É importante transpor essa lógica estrutural para o ambiente acadêmico, a classificação racial opera também como uma linha abissal epistêmica. O conhecimento produzido pela Europa foi alçado ao patamar de “ciência universal”, enquanto os saberes dos povos racializados e colonizados foram marginalizados. Assim, a colonialidade do saber consolida-se nas universidades, estruturando matrizes curriculares, bibliografias e critérios de legitimação acadêmica que perpetuam a exclusão de pensamentos diversos e reforçam o padrão hegemônico, branco, masculino e eurocentrado.

Para ilustrar as consequências concretas dessa colonialidade no cotidiano acadêmico, basta observar a constituição hegemônica dos currículos, onde predomina o silenciamento sistemático de bibliografias oriundas do Sul Global. Na prática universitária, isso traduz-se numa forte hierarquização que privilegia a pesquisa teórica eurocentrada, em detrimento das práticas de extensão ou metodologias participativas, historicamente associadas ao cuidado e à integração comunitária e, portanto, desvalorizadas. Como contraponto a esta realidade excludente, a epistemologia feminista subverte a ordem institucional ao propor ações diretas, como, por exemplo, a adoção de metodologias horizontais de investigação, a inclusão intencional de autoras não-brancas e decoloniais nas ementas disciplinares e a legitimação das narrativas de saberes situados como fontes de produção de conhecimento.

Como forma de solidificar conceitualmente essa dominação, Ocanã, López e Conedo (2018) demonstram como se articulam os mecanismos em torno da multifacetada colonialidade,

5 A crítica em torno desse termo “descolonial” centrasse no argumento de que não é possível descolonizar o colonialismo, não tem como desfazer um sistema que já foi feito, imposto e legitimado. Assim, o pensamento decolonial busca uma atuação que se contrapõe ao que já foi feito, imposto e legitimado.

En suma, la colonialidad es un portento histórico de complejidad que supera al colonialismo, siendo éste el evento que dio paso a la subalternización de los pueblos por parte de colonizadores europeos, apoderándose de lo que no les pertenecía. La colonialidad se hace compleja en la medida de tiene vigencia en la sociedad, puesto que se ha cotidianizado el hecho de pensar y aceptar que el orden originario de las cosas corresponde a la manipulación e imposición de jerarquías, entremezclándose sigilosamente, configurándose, haciéndose llamar modelos para poder gobernar desde la racionalización del ser humano, que tiene ausencias en el conocimiento de sus raíces, llevándolo al letargo de conocer y producir en lo nativo, en el hábitat que le corresponde funcionar⁶. (Ocanã; López y Conedo, 2018, p. 20)

A racialização dos povos é, portanto, o que define a colonialidade do poder. Quijano (2009) resalta que, embora o racismo nas relações cotidianas não seja a única manifestação, é a forma mais perceptível. A prática da discriminação racial contemporânea exige um mascaramento por trás de códigos sociais que se referem a diferenças na educação e na renda, mas que silenciosamente remontam as relações raciais estereotipadas do período escravagista, no qual as pessoas negras, eram analfabetas e escravizadas. No ensino superior, esse mascaramento traduz-se frequentemente na defesa de uma suposta meritocracia acadêmica e de uma pretensa neutralidade científica, as quais ocultam as barreiras estruturais impostas a corpos racializados e epistemologias dissidentes.

A ideia de raça corresponde à história das relações de poder no capitalismo. A colonização foi crucial para a prevalência do projeto histórico do capitalismo, associando a mercantilização da força de trabalho à hierarquização global com base na raça. Nesse ponto, recorro ao conceito de colonialidade do gênero formulado por María Lugones (2014) para aliar as questões raciais e de gênero, evidenciando o que a epistemologia feminista acrescenta à crítica decolonial “clássica”. Embora a teoria de Quijano (2009) tenha sido fundamental ao denunciar a raça como eixo de poder, sua análise manteve um ponto cego ao não aprofundar o impacto específico do patriarcado colonial. O feminismo decolonial avança e complexifica essa base teórica ao demonstrar que não é possível compreender a colonialidade do poder sem articulá-la à colonialidade do gênero. Segundo a autora, a colonialidade não inventou apenas a raça, mas impôs um sistema moderno/colonial de gênero estruturado sobre o controle dos corpos subalternizados. Sob essa ótica, percebo que, nessa lógica de dominação, foi o corpo da mulher, especialmente o corpo da mulher não-branca, o mais subjugado e coisificado.

Assim sendo, as mulheres passaram a ser percebidas como detentoras de um atributo indispensável para a manutenção do capital, a tarefa de gestar, gerar e manter a nova força de trabalho que abastecerá o capitalismo em um processo *ad aeternum*⁷. Sem mencionar os papéis de cuidado, exercido

6 Em suma, a colonialidade é um fato histórico de complexidade que supera o colonialismo, sendo este o evento que deu passo à subalternização dos povos por parte de colonizadores europeus, apossando-se do que não lhes pertencia. A colonialidade torna-se complexa na medida em que tem vigência na sociedade, visto que se cotidianizou o fato de pensar e aceitar que a ordem originária das coisas corresponde à manipulação e imposição de hierarquias, entremeando-se sigilosamente, configurando-se, fazendo-se chamar modelos para poder governar a partir da racionalização do ser humano, que tem ausências no conhecimento de suas raízes, levando-o a letargia de conhecer e produzir no nativo, no hábitat em que lhe corresponde funcionar. (tradução minha)

7 A expressão vem do latim e pode ser traduzida como “para sempre” ou “eternamente”, implicando a ideia de algo que não tem fim.

majoritariamente pelas mulheres dentro do ambiente privado das relações familiares, ou seja, cabe às mulheres fornecer descanso, alimentação, roupas limpas e um ambiente saudável para que o trabalhador/provedor possa se recuperar da jornada de trabalho e estar pronto e disposto para dia após dia vender sua mão de obra de forma satisfatória para o capitalismo.

Dentro das instituições de ensino superior, essa violência histórica reflete-se tanto na sub-representação histórica dessas mulheres nos espaços de formulação de saberes, quanto na invisibilidade de suas produções intelectuais e, principalmente, na sua sistemática exclusão dos espaços de tomada de decisões. As condições de desigualdade, criadas pelo sistema colonial-capitalista, produziram uma espécie de legitimidade para a violência epistêmica, instituindo papéis de subserviência inclusive no campo acadêmico. É precisamente contra essa engrenagem de subalternização científica e estrutural que se faz necessária a insurgência de uma epistemologia outra, capaz de reivindicar a pesquisa feminista decolonial como ferramenta de resistência e emancipação.

A EPISTEMOLOGIA FEMINISTA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO LATINO-AMERICANO

A trajetória do feminismo na América Latina evidencia as dificuldades do movimento em estabelecer uma agenda capaz de atender às diversas demandas oriundas das mulheres em um ambiente heterogêneo e multicultural, característico da região. Cada país, com suas peculiaridades, enfrenta desafios específicos relacionados as questões de gênero, especialmente quando consideradas as interseções com raça, classe, geopolítica e sexualidade. A diversidade de experiências e resistências ao processo colonizador em cada sociedade resulta em uma multiplicidade de ações e reações desenvolvidas pelas lutas do movimento feminista. A complexidade da formação na América Latina gera uma fragmentação, mesmo dentro de um único país, uma vez que cada demanda reflete fatores particulares da exploração das mulheres nas suas respectivas regiões.

Igualmente, a autora Magdalena Valdivieso (2012) se propõe a pensar a incidência dos diferentes feminismos nos processos de ampliação da democracia e como estes contribuíram com a construção social e democrática da cidadania. Especialmente, a autora analisa como os movimentos das mulheres atuaram de forma efetiva para pressionar as estruturas de dominação em busca do reconhecimento como cidadãs e da garantia de direitos. Para tanto, é necessário um olhar crítico a respeito das relações e das dinâmicas de poder (locais e históricas), além de examinar a constituição organizacional atuante das instituições e como estas operam na construção e manutenção dos imaginários sociais e políticos. Nesse sentido, a luta feminista das mulheres tem suas origens no combate ao sistema patriarcal e nas relações institucionais que perpetuam a ordem da dominação, assim,

El feminismo desde sus orígenes ha planteado la necesidad de transformar las estructuras de dominación y el orden patriarcal, sus reflexiones y propuestas políticas han estado comprometidas con la transformación de las relaciones de poder que éstas sustentan. Es un pensamiento y una propuesta política, construida sobre el cuestionamiento al modo patriarcal de estructurar la existencia humana, que se ha generado desde la resistencia y en conflicto con

las relaciones de dominación impuestas por el modo de saber dominante, que construye a lo femenino, como diferencia y lo subordina en las jerarquias que establece, para ordenar las relaciones entre las personas en todas las áreas de la existencia humana. Las demandas de las mujeres em general han mantenido las cuestiones de la ciudadanía, la política y la democracia, en permanente debate. Presionando por la inclusión en el universo de quienes han sido considerados ciudadanos, por la ampliación del alcance de la ciudadanía con otros derechos y, más recientemente, para confrontar las concepciones mismas de ciudadanía y sus prácticas⁶. El feminismo, a lo largo de sus distintas etapas, se ha ocupado del concepto de ciudadanía dándole distintos contenidos. Más que una definición cerrada, elaborada a partir de la crítica de los conceptos liberales excluyentes, el feminismo se ha caracterizado por cuestionar y presentar demandas significativas con relación a los sujetos considerados ciudadanos y a los contenidos de los “derechos ciudadanos” en cada momento histórico.⁸ (Valdivieso, 2012, p. 23)

Dentro do contexto dos estudos decoloniais, apesar das particularidades das demandas das mulheres, em razão de suas especificidades socioculturais e políticas, percebo que algumas teorias feministas se apresentam com mais força e frequência. No que tange aos argumentos quanto à colonialidade do poder, existe o consenso de que se trata de um sistema racializado de gênero, entrelaçando indissociavelmente as experiências das mulheres não-brancas com as questões raciais. A questão quase dicotômica, que trouxe uma grande separação para o movimento feminista, foi a raiz fundante do movimento, originalmente caracterizado como uma pauta de mulheres brancas, burguesas e privilegiadas. Ao passo que as mulheres negras, ou melhor, as mulheres não-brancas, que é a terminologia de referência utilizado por muitas autoras decoloniais⁹, como exemplo, Lugones (2014) e Segato (2012), sempre foram brutalmente atravessadas pela violência de gênero, raça e classe, ficando historicamente à margem das lutas e do movimento feminista hegemônico.

Nesse cenário, as abordagens decoloniais e os feminismos latino-americanos, criticam o feminismo eurocêntrico-liberal, que remete à matriz que não pensou em todas as mulheres, não considerou

8 O feminismo, desde suas origens, tem apontado a necessidade de transformar as estruturas de dominação e a ordem patriarcal; suas reflexões e propostas políticas têm estado comprometidas com a transformação das relações de poder que estas sustentam. Trata-se de um pensamento e de uma proposta política, construída sobre o questionamento ao modo patriarcal de estruturar a existência humana, gerada a partir da resistência e em conflito com as relações de dominação impostas pelo modo de saber dominante, que constrói o feminino como diferença e o subordina nas hierarquias que estabelece para ordenar as relações entre as pessoas em todas as áreas da existência humana. As demandas das mulheres em geral têm mantido as questões da cidadania, da política e da democracia em permanente debate, pressionando pela inclusão no universo daqueles que foram considerados cidadãos, pela ampliação do alcance da cidadania com outros direitos e, mais recentemente, para confrontar as próprias concepções de cidadania e suas práticas. O feminismo, ao longo de suas distintas etapas, tem se ocupado do conceito de cidadania, conferindo-lhe diferentes conteúdo. Mais do que uma definição fechada, elaborada a partir da crítica aos conceitos liberais excludentes, o feminismo tem se caracterizado por questionar e apresentar demandas significativas em relação aos sujeitos considerados cidadãos e aos conteúdos dos “direitos cidadãos” em cada momento histórico. (tradução minha)

9 A terminologia “não-branca” é utilizado por autoras decoloniais para pacificar o entendimento de que a racialização não se refere unicamente aos corpos negros. Pois, considerando a América-latina como ponto central das reflexões, a região possui muita miscigenação indígena, o que gera uma divergência analítica é que as pessoas de pele parda, não são consideradas negras e nem brancas, restando nesse não-lugar um limbo de reconhecimento e representatividade. Nomeando as mulheres como “não-brancas” o movimento decolonial abraça todo colorismo étnico característico da América-latina.

a heterogeneidade que a categoria possui e nem suas subjetividades. A crítica central direcionada ao feminismo hegemônico reside justamente na homogeneização da categoria “mulheres”. Da mesma forma, a imposição da racialização pela colonialidade resultou na violação das experiências dos povos originários, sendo sua cultura reduzida e silenciada, tratadas apenas como menores e criando guetos discriminatórios chamando-os de “negros” e “índios”. No ambiente acadêmico, essa dinâmica é flagrante, invisibiliza-se toda a riqueza que existe nos desdobramentos socioculturais e epistemológicos desses grupos, reduzindo a complexidade de diversas existências, saberes e linguagens a folclores e notas de rodapé. Reduzir a diversidade sociocultural de forma simplista é muito mais do que uma invisibilização; é um genocídio cultural. Essas imposições identitárias estáticas atendem aos interesses universalistas dos Estados modernos, liberais/neoliberais, coloniais e capitalistas, e encontram eco nas engrenagens das universidades.

Uma forma de resistência possível é o resgate epistemológico dos saberes silenciados. Nesse sentido, a autora Norma Blazques Graf (2010) propõe a epistemologia feminista como uma via necessária para libertar-se das amarras dos sistemas de subordinação e exploração, especialmente, o racismo e o colonialismo. A autora explicita que a epistemologia é uma teoria do conhecimento que considera as crenças, as particularidades e as intersubjetividades de um grupo como fontes legítimas para o resgate do verdadeiro conhecimento. Desta forma, a proposta da epistemologia feminista consiste em buscar conhecer a forma como o gênero influenciou nas práticas e concepções de saberes, questionando as matrizes dominantes e as práticas opressivas sustentadas ao longo da história. Interpretar, observar e ler o mundo exige uma “lente” crítica que subverta o modo posto pelos sistemas de dominação. E, nesta vertente, o feminismo decolonial é capaz de fornecer uma “lente” apurada como chave para leitura crítica de mundo.

A partir da epistemologia feminista, pode-se estabelecer uma investigação que questione o (im)posto para pensar-se outras formas de existir. Essas análises de (re)conhecimento orientam a valorização de saberes, valores, povos e culturas. Para tanto é preciso estabelecer uma metodologia que dê conta e contemple de forma efetiva todas as propostas e objetivos, e que rompa com os padrões eurocentrados de ciência e conhecimento. É nesse sentido que se evidencia a importância da adequação do método. Pois,

El método es una técnica para recopilar, obtener y analizar información, evidencias o datos. Se puede obtener información escuchando, observando y examinando documentos; organizamos nuestras observaciones al dar cuenta de ejemplos de categorías preconcebidas y/o mediante la observación de nuevos patrones no anticipados. La mayoría de los métodos caen dentro de una categoría mayor que es la observación. En las investigaciones feministas se usan estos mismos métodos, pero lo que escogen para observar y examinar puede diferir mucho de las elecciones de una persona que hace ciencia de manera tradicional con un punto de vista masculino.¹⁰ (Graf, 2010, p. 23)

10 O método é uma técnica para compilar, obter e analisar informação, evidências ou dados. Pode-se obter informação escutando, observando e examinando documentos; organizamos nossas observações ao dar conta de exemplos de categorias preconcebidas e/ou mediante a observação de novos padrões não antecipados. A maioria dos métodos cai dentro de uma categoria maior que é a observação. Nas pesquisas feministas usam-se estes mesmos métodos, mas o que escolhem para observar e examinar pode diferir muito das escolhas de uma pessoa que faz ciência de maneira tradicional com um ponto de vista masculino.

No mesmo sentido, Eli Bartra (2010) defende um “outro” modo de produção de conhecimento por meio da pesquisa e da metodologia feminista. A autora ressalta a importância de desenvolver investigações a partir do ponto de vista das mulheres, sendo preciso garantir que as mulheres tenham assegurado os seus direitos de enunciação, de investigação e de produção. Dessa forma, ressalta que

*El Punto de vista feminista nos lleva a desarrollar el proceso de investigación de manera un tanto diferente, en la medida en que se inicia con la formulación de preguntas distintas (acerca de cuestiones que, en general, no son consideradas relevantes por otras y otros investigadores). [...] Algunas respuestas feministas explican que las mujeres han sido objeto de la división sexual forzada del trabajo y por ello, excluidas de la esfera pública. Las mujeres han desempeñado un papel social subalterno porque culturalmente se les ha educado para el matrimonio y la maternidad; o bien, las mujeres han realizado grandes obras de todo tipo a lo largo de la historia, sólo que la historiografía las ha ignorado, hay que hacer visible esa labor social de las mujeres. Muchas otras respuestas se han dado y se siguen buscando a la pregunta inicial de ¿dónde están las mujeres?*¹¹ (Bartra, 2010, p. 73)

A partir das inquietações metodológicas e epistemológicas apresentadas, torna-se evidente que a pesquisa engajada se constrói na intersecção entre a denúncia da colonialidade e a proposição de novos fazeres científicos. Ao convocar “las brujas necesarias”, como sugere o subtítulo em um dos textos de Claudia Korol (2023), evidencia-se que a transformação profunda exige transgressão. A leitura de mundo fundamentada nos feminismos oferece, assim, a poética e a política necessárias para repensar o modo como pesquisamos e produzimos (re)conhecimento, subvertendo a ordem hegemônica. A aproximação mútua entre teoria e prática possibilita um olhar sensível a todas as mulheres, um olhar global que não tenha sido forjado pelos sistemas de opressão, mas um que forneça um resgate epistemológico e ontológico para fundamentar relações acadêmicas e intersubjetivas verdadeiramente emancipadoras.

A PRÁXIS FEMINISTA E A REINVENÇÃO DOS HORIZONTES DECOLONIAIS

Retomando o problema central que conduziu estas reflexões, o percurso argumentativo traçado neste trabalho evidencia que a colonialidade do saber e do poder não são uma relíquia histórica, mas sim uma estrutura viva e operante que continua a forjar as dinâmicas institucionais e curriculares do ensino superior. Ao desestabilizar a falsa neutralidade científica e a lógica produtivista eurocêntrica, torna-se nítida a urgência de refundar as bases epistemológicas da práxis acadêmica tradicional. Como resultado alcançado a partir da articulação teórica proposta, consolida-se a ideia inicialmente

¹¹ O ponto de vista feminista nos leva a desenvolver o processo de investigação de maneira um tanto diferente, na medida em que se inicia com a formulação de perguntas distintas (acerca de questões que, em geral, não são consideradas relevantes por outras e outros investigadores). [...] Algumas respostas feministas explicam que as mulheres têm sido objeto da divisão sexual forçada do trabalho e, por isso, excluídas da esfera pública. As mulheres têm desempenhado um papel social subalterno porque culturalmente têm sido educadas para o casamento e a maternidade; ou bem, as mulheres têm realizado grandes obras de todo tipo ao longo da história, só que a historiografia as tem ignorado, é preciso tornar visível esse labor social das mulheres. Muitas outras respostas têm sido dadas e se seguem buscando à pergunta inicial de onde estão as mulheres? (tradução minha)

defendida, a de que o pensamento decolonial e as epistemologias feministas emergem não apenas como escolhas metodológicas alternativas, mas como imperativos éticos e políticos para a construção de um pensamento genuinamente emancipatório na América Latina.

O movimento de tensionar as matrizes de dominação frequentemente desperta a sensação de que há sempre mais a ser desconstruído, debatido e transformado dentro das universidades. Contudo, escrevendo e sistematizando este texto, percebo que essas inquietações não devem ser lidas como uma falta, mas como um motor epistêmico. A busca por “mais” não se volta para o passado ou para as limitações impostas pelas estruturas hegemônicas, mas situa-se de forma contundente no futuro. Ela se materializa na vontade incontida de aprofundar as investigações, de expandir as pedagogias feministas e de consolidar redes de saberes que desafiem as alianças históricas entre o colonialismo, o capital, o racismo e o patriarcado.

A desconstrução da colonialidade do poder, do saber e do gênero é, portanto, uma tarefa contínua, que exige implicação intersubjetiva, intencionalidade prática e rigor crítico. No fim, o que permanece como alicerce para essa ruptura epistêmica é a necessidade de transformar a indignação e a crítica teórica em uma práxis coletiva e potente. Como adverte Korol (2016, p. 16), é por meio dessa mobilização conjunta que se torna possível revolucionar e promover realidades outras, possíveis e viáveis. Dessa forma, assumir a margem como território de saber adquire, assim, o caráter de uma resistência epistêmica ativa.

É a consolidação da asserção de que as epistemologias feministas possuem a força conceitual necessária para reescrever a história e devolver às mulheres e aos povos historicamente subalternizados o protagonismo de suas próprias narrativas. Ao fazê-lo, a práxis feminista e decolonial, não apenas tensiona as estruturas hegemônicas, mas reinventa os horizontes do próprio conhecimento, transformando o espaço acadêmico em um território legítimo de libertação.

REFERÊNCIAS

BARTRA, Eli; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (org.). Acerca de la investigación y la metodología feminista. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (org.). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: Clacso, 2010. p. 67-77.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 9-24.

FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. 1-16, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620029>.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. In: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (org.). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: Clacso, 2010. p. 21-38.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KOROL, Claudia. **Feminismos populares**: las brujas necesarias en los tiempos de cólera. las brujas necesarias en los tiempos de cólera. 2016. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/feminismos-populares/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). **Tejiendo de outro modo**: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales em abya yala. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-73.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 61-72, 2008. Disponível em: <https://revistas.universidadmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1502>. Acesso em: 16 set. 2025.

OCAÑA, Alexander Ortiz; LÓPEZ, María Isabel Arias; CONEDO, Zaira Esther Pedroso. **Decolonialidad de la Educación**: emergencia/urgencia de una pedagogía decolonial. Santa Marta: Univesidad del Magdalena, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 105-131, 1 dez. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1533>.

VALDIVIESO, Magdalena. Aportes e incidencia de los feminismo en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina. In: CARASIO, Alba (org.). **Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. p. 19-42.